

Entrevistado: *Joaquim Antônio de Vizeu Penalva Santos*

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 18 de abril de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 08 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos

Revisão: Pedro Paulo Moreira

Sumário

Abertura. Sua formação em Direito e a carreira como Promotor. Os concursos para a carreira de Juiz do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Suas atividades na Magistratura. Os serviços de guerra prestados entre 1943 e 1945. Os cursos de oficialato da Aeronáutica durante a II Guerra Mundial. Os cargos de Promotor Substituto da Seção Judiciária e, posteriormente, de Promotor Público nas Comarcas de Amapá, Macapá, Marzagão e Oiapoque e de Promotor Militar no norte do país (1956-59). Sua opinião sobre a Justiça Militar. Nomeação para Juiz Substituto da Justiça do antigo estado da Guanabara em 1960. Relatos sobre sua nomeação. Seu relacionamento com o Ministério Público e com os Advogados. Sua opinião sobre a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. A transferência da Capital do país para Brasília. A carreira de Magistrado no Tribunal de Alçada Cível. Relato sobre sua gestão na Vice-Presidência daquele Tribunal em 1976. Comentários acerca da extinção dos Tribunais de Alçada. O que pensa sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). Relato sobre episódios ocorridos durante o Regime Militar. Sua opinião sobre os chamados Direitos e Garantias Individuais. O que pensa sobre a relação do Poder Judiciário e a Opinião pública. O que pensa da Mídia. A promoção ao cargo de Desembargador, por merecimento, em 1982. Câmaras em que atuou. Recordação acerca de antigos companheiros de trabalho. A presidência do Segundo Grupo de Câmaras Criminais (1992). Sua opinião sobre os Tribunais de Júri e Eleitoral. Sua participação no desenvolvimento do Direito Pátrio. O projeto de lei sobre letras de cambio e notas promissórias. Comentários sobre a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/96). O

controle externo do poder Judiciário. Relato sobre seus livros. O "caso das Fraudes do INSS", episódio marcante em sua carreira. Encerramento.